

Clara Iglesias Keller

Regulação nacional de serviços na Internet

Exceção, legitimidade e o papel do Estado

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2019

Copyright © 2019 by Clara Iglesias Keller

Categoria: Direito Digital

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

K29r

Keller, Clara Iglesias

Regulação nacional de serviços na internet : exceção, legitimidade e o
papel do Estado / Clara Iglesias Keller. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
360 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 301-339.

ISBN 978-85-519-1626-1

1. Agências reguladoras de atividades privadas - Legislação - Brasil.
2. Poder regulamentar - Brasil.
3. Comunicação de massa - Legislação.
4. Internet.
5. Proteção de dados - Brasil.
6. Tecnologia e direito. I. Título.

CDD 342.81

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1103-3

Sumário

Introdução	1
O debate teórico	7
Objeto e objetivos do trabalho	12
Esclarecimentos conceituais	19
Regulação x governança	19
Serviços, aplicações e a camada de conteúdo da Internet	23
1. A Natureza Técnica da Internet	27
1.1. O processo de desenvolvimento	30
1.2. Características técnicas	35
1.2.1. A Internet Aberta	40
1.2.2. Neutralidade de Rede e o princípio end to end.....	47
1.2.3 As invariáveis	52
1.3. Códigos, algoritmos e a regulação pela tecnologia	61
2. A Governança da Internet	73
2.1. O que é a governança da Internet?	78
2.2. Dimensão subjetiva: os atores	85
2.3. Dimensão objetiva: as matérias.....	88
2.4. Dimensão normativa: princípios de governança da Internet	91
2.5. Governança e legitimidade	94
3. Regulação de serviços na Internet: papel do Estado e o ambiente regulatório.....	105
3.1. O papel do Estado na regulação da Internet	115
3.1.1. Legitimidade e regulação	115

3.1.2. Estado, tecnologia e regulação	121
3.1.3. O papel do Estado na regulação da Internet: exceção, legitimidade e eficácia	132
3.2. Motivação e inovação: por que regular	140
3.2.1. Inovação, desenvolvimento e Estado	146
3.2.1.1. O conceito de inovação	146
3.2.1.2. Inovação e desenvolvimento	153
3.2.2. Inovação e regulação	158
3.3. Arranjos institucionais: quem regula a Internet	169
3.3.1. Regulação direta, autorregulação e correção	175
3.3.2. Autoregulação na Internet	183
3.3.3. Correção na Internet	188
3.4. Formas e instrumentos: como regular	196
3.4.1. Regulação por princípios	200
3.4.2. Direito Concorrencial	205
3.4.3. Soft Law	209
3.4.4. Tecnologia	212
3.5. Considerações finais	217
4. Regulação brasileira de serviços na Internet: estudos de caso	221
4.1. Lei nº 13.709/2018 e a regulação da proteção de dados	226
4.1.1. Por que regular: Proteção de dados e inovação	232
4.1.2. Quem regula: O arranjo institucional da LGPD	238
4.1.3. Como regula: formas e estratégias	246
4.1.4. Conclusões parciais	257
4.2. Plataformas de compartilhamento e regulação de conteúdo	258
4.2.1. Por que regular: inovação nas plataformas de compartilhamento ...	268
4.2.2. Quem regula: o arranjo institucional no art. 19 do Marco Civil da Internet	272

4.2.3. Como regula: formas e estratégias	280
4.2.4. Conclusões parciais.....	283
Conclusão	285
Bibliografia.....	301